



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 06 DE MARÇO DE 2026

ANO XXIX_MÊS III_SEMANA X

ATOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

CME
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

RESOLUÇÃO Nº 01/2025/CME/IGARACY-PARAIBA
DE 29 DE AGOSTO DO ANO 2025.

Estabelece critérios de verificação do rendimento escolar do Ensino Fundamental: da avaliação, promoção e da recuperação e da recomposição de aprendizagens nas Escolas Municipais de Igaracy-Paraíba, define diretrizes para sua implementação e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PARAIBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 11 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, em consonância com a Lei Municipal nº 458 de 23 de novembro de 2011, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação e de acordo com a Lei Municipal nº 460/2011 de 23 de novembro de 2011, que regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Igaracy-PB, sendo o Conselho Municipal de Educação órgão normativo, deliberativo e consultivo do Sistema Municipal de Educação, e, tendo em vista a adoção de medidas para política de verificação do rendimento escolar da Rede Municipal, em consonância ainda com a resolução nº 230/2025 do Conselho Estadual de Educação:

RESOLVE:

Art. 1º Alterar critérios de verificação do rendimento escolar do Ensino Fundamental: da avaliação, da promoção e da recuperação e da recomposição de aprendizagens nas Escolas Municipais de Igaracy-Paraíba, definindo diretrizes para sua implementação e dá outras providências.

CAPÍTULO I DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR SEÇÃO I - DA AVALIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 2º A avaliação de aprendizagem no Ensino Fundamental será feita de forma contínua cumulativa durante 4 (quatro) períodos letivos bimestrais e será expressa em notas.

§ 1º A notas de que trata este artigo obedecerão a uma escala de zero a dez.

§ 2º O componente curricular que tiver uma aula semanal terá dois exercícios por bimestre.

§ 3º O componente curricular com mais de uma aula semanal terá três exercícios bimestrais.

Art. 3º A avaliação da aprendizagem deverá processar-se com base nos objetivos estabelecidos na Proposta Pedagógica da Escola, nos Planos de Curso, bem como nas Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas para o Ensino Fundamental.

Art. 4º Os estudantes serão avaliados nas áreas: cognitivo-comportamental, socioemocional e psicomotora.

Art. 5º A média de cada componente curricular, por bimestre, será igual à média aritmética das notas obtidas pelo estudante em todas as atividades em que foi avaliado no período.

Rua Pedro Lopes Brasileiro S/N - centro - CEP: 58775-000 - Igaracy - PB

CME
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

Art. 6º No cálculo de qualquer média, a primeira casa decimal será sempre arredondada para mais quando a segunda casa decimal for igual ou superior a 0,5 (zero vírgula cinco), e desprezada quando esta for igual ou inferior a 0,4 (zero vírgula quatro) por exemplo, sendo mantida a primeira casa decimal. Exemplo: 6,5 = 7,0; 6,4 = 6,0.

Parágrafo único: A nota final obtida pelo estudante deverá ser computada em cada exercício.

Art. 7º Ao final de cada período, a Direção Escolar, juntamente com a equipe dos técnicos educacionais e professores, procederá às análises dos resultados da avaliação da aprendizagem, visando à correção das falhas e dos rumos propostos, objetivando a qualidade do ensino.

Parágrafo único: Nos 1º e 2º anos: parecer descritivo globalizando todas as Áreas do Conhecimento;

CAPÍTULO II DA PROMOÇÃO

Art. 8º Será considerado aprovado por média, o estudante que conseguir a média 6,0 (seis) por componente curricular ao final dos quatro bimestres, ou seja, ao término de cada ano letivo.

Art. 9º Serão submetidos à Prova Final, os estudantes que, após os estudos de recuperação, não obtiverem média aritmética 6,0 (seis) correspondente a 24 (vinte e quatro) pontos no conjunto dos componentes curriculares.

Art. 10º Será considerado aprovado, após Prova Final, o estudante que obtiver média ponderada anual 5,0 (cinco), apurada através da média aritmética dos 4 (quatro) bimestres, atribuindo-lhe peso 6,0 (seis), e peso 4,0 (quatro) para a nota da prova final, somando os dois resultados e dividindo por 10 (dez), conforme a fórmula a seguir:

$$MPA = \frac{MQB \times 6 + NPF \times 4}{10}$$

Onde:

MPA = Média Ponderada Anual

MQB = Média dos Quatro Bimestres

NPF = Nota da Prova Final

CAPÍTULO III DA RECUPERAÇÃO E DA RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGENS

Art. 11º Os estudos de Recuperação e de Recomposição de Aprendizagens têm por objetivo sanar lacunas e mitigar distorções verificadas no processo de aprendizagem, evidenciadas por nível insatisfatório de aproveitamento escolar demonstrado pelo estudante.

Parágrafo único: Considera-se, como estudos de recomposição de aprendizagens, o conjunto de estratégias que visam garantir as aprendizagens comprometidas, tendo como foco a redução das desigualdades educacionais e o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências adequadas a cada etapa de ensino.

Rua Pedro Lopes Brasileiro S/N - centro - CEP: 58775-000 - Igaracy - PB

CME
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

Art. 12º. A Escola proporcionará, ao estudante que apresente aproveitamento insuficiente no processo de ensino e aprendizagem, estudos de recuperação e de recomposição de aprendizagens, que devem englobar: acolhimento, avaliação diagnóstica, flexibilização e adaptação curricular, reorganização das atividades pedagógicas, acompanhamento das aprendizagens e demais estratégias didático-pedagógicas, em qualquer dos componentes curriculares.

Art. 13º. Os estudos de recuperação e de recomposição de aprendizagens de caráter contínuo serão desenvolvidos ao longo do ano letivo, no decorrer de cada bimestre, como parte integrante das atividades da Unidade de Ensino.

§ 1º Submeter-se-ão aos estudos de recuperação e de recomposição de aprendizagens os estudantes que, após cada exercício de avaliação, apresentarem resultado inferior a 6,0 (seis), devendo prevalecer sempre a maior nota.

§ 2º O planejamento dos estudos de recuperação e de recomposição de aprendizagens constituir-se-á como parte integrante da programação das atividades regulares da Escola, com ênfase especial após cada avaliação do rendimento escolar.

§ 3º No planejamento dos estudos de recuperação e de recomposição de aprendizagens, constarão: objetivos específicos, metodologia e estratégias a serem adotadas.

Art. 14º. Os casos omissos nesta Resolução serão dirimidos pelo Colegiado do Conselho Municipal de Educação de Igaracy/Paraíba.

Art. 15º. Esta Resolução revoga as disposições em contrário e entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Municipal de Educação de Igaracy-PB, 29 de agosto de 2025.

FRANCISCO ANDRÉ DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Rua Pedro Lopes Brasileiro S/N - centro - CEP: 58775-000 - Igaracy - PB

PARECER DO GRUPO DE TRABALHO

O Grupo de Trabalho (GT), instituído por meio da Portaria nº 01/2026, da Secretaria Municipal de Educação de Igaracy/PB, criado para análise, acompanhamento e validação do Plano Municipal de Educação Digital de Igaracy/PB, no uso de suas atribuições, vem por meio deste emitir parecer técnico-pedagógico sobre o referido Plano.

I - CONTEXTUALIZAÇÃO

O Plano Municipal de Educação Digital de Igaracy/PB foi elaborado de forma participativa, considerando as transformações sociais, culturais e educacionais decorrentes da ampliação do uso das tecnologias digitais, bem como a necessidade de garantir o direito à aprendizagem digital aos estudantes da Rede Municipal de Ensino.

O documento está alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao Complemento à BNCC - Computação (Resolução CNE/CEB nº 1/2022), à Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023) e às Diretrizes Operacionais Nacionais de Educação Digital e Midiática.

II - ANÁLISE DO GRUPO DE TRABALHO

Após análise do conteúdo, o Grupo de Trabalho constatou que o Plano:

- I - apresenta fundamentos legais, pedagógicos e curriculares consistentes;
- II - define objetivos claros e coerentes com as políticas educacionais vigentes;
- III - organiza a Educação Digital a partir dos eixos de Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital;
- IV - contempla estratégias de implementação, formação continuada, infraestrutura, monitoramento e avaliação;
- V - considera a realidade local da Rede Municipal de Ensino de Igaracy/PB.

III - DELIBERAÇÃO

Diante do exposto, o Grupo de Trabalho DELIBERA FAVORAVELMENTE à APROVAÇÃO do Plano Municipal de Educação Digital de Igaracy/PB, recomendando:

- I - seu encaminhamento à Secretaria Municipal de Educação para as providências administrativas cabíveis;

EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n,
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva





JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 06 DE MARÇO DE 2026

ANO XXIX_MÊS III_SEMANA X

II – sua submissão ao Conselho Municipal de Educação, quando aplicável;
III – o envio do Plano ao Poder Executivo Municipal para fins de institucionalização por meio de Projeto de Lei.

IV – CONCLUSÃO

Este Parecer atesta que o Plano Municipal de Educação Digital de Igaracy/PB encontra-se apto para aprovação, constituindo-se como instrumento orientador das políticas públicas de Educação Digital no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.

Igaracy/PB, 27 de janeiro de 2026.

MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO

Josemar Leandro da Silva

Josemar Leandro da Silva – Coordenação Geral

Arvenia Paula Tomaz Ferreira de Sousa

Arvenia Paula Tomaz Ferreira de Sousa - Representante da Secretaria Municipal de Educação

Francisco André de Oliveira

Francisco André de Oliveira - Representante do Conselho Municipal de Educação

Djacy I. Evangelista Costa

Djacy I. Evangelista Costa - Representante do Ensino Fundamental - Anos Finais

Maria do Socorro Cavalcante Gomes Duarte

Maria do Socorro Cavalcante Gomes Duarte - Representante do Ensino Fundamental - Anos Iniciais

Luciana Batista de Farias

Luciana Batista de Farias - Representante da Educação Infantil

Maria Sueli Leite da Silva

Maria Sueli Leite da Silva - Representante da Equipe Pedagógica

ATA DE REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO

ANÁLISE E APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL DE IGARACY/PB

Aos 27 dias do mês de janeiro do ano de 2026, às 09 horas, reuniu-se o Grupo de Trabalho (GT) responsável pela elaboração e avaliação do Plano Municipal de Educação Digital de Igaracy/PB, instituído por meio da Portaria nº 01/2026, da Secretaria Municipal de Educação de Igaracy/PB, em local Auditório SEDEST, sob a coordenação de Josemar Leandro da Silva, para análise final e deliberação sobre o referido Plano.

1. PARTICIPANTES

Estiveram presentes os seguintes membros do Grupo de Trabalho:

- Josemar Leandro da Silva – Coordenação Geral
- Arvenia Paula Tomaz Ferreira de Sousa - Representante da Secretaria Municipal de Educação
- Francisco André de Oliveira - Representante do Conselho Municipal de Educação
- Djacy I. Evangelista Costa - Representante do Ensino Fundamental - Anos Finais
- Maria do Socorro Cavalcante Gomes Duarte - Representante do Ensino Fundamental - Anos Iniciais
- Luciana Batista de Farias - Representante da Educação Infantil
- Maria Sueli Leite da Silva - Representante da Equipe Pedagógica

(Conforme lista de presença anexa.)

2. PAUTA

- Apresentação da versão final do Plano Municipal de Educação Digital de Igaracy/PB;
- Análise dos fundamentos legais, pedagógicos e curriculares do documento;
- Discussão das estratégias de implementação, monitoramento e avaliação;
- Deliberação sobre a aprovação do Plano.

3. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Aberta a reunião, o coordenador do Grupo de Trabalho apresentou o histórico do processo de construção do Plano Municipal de Educação Digital de Igaracy/PB, destacando o caráter participativo do documento e sua articulação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Complemento à BNCC - Computação (Resolução CNE/CEB nº 1/2022), a Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023) e as Diretrizes Operacionais Nacionais de Educação Digital e Midiática.

Em seguida, os membros do GT procederam à análise detalhada do documento, discutindo seus objetivos, princípios, eixos estruturantes, estratégias de implementação, ações de formação continuada, diretrizes para infraestrutura e conectividade, bem como os mecanismos de monitoramento e avaliação.

Após as discussões, constatou-se que o Plano Municipal de Educação Digital de Igaracy/PB atende às normativas vigentes, está adequado à realidade da Rede Municipal de Ensino e apresenta condições pedagógicas e institucionais para sua implementação.

4. DELIBERAÇÃO

Colocado o Plano Municipal de Educação Digital de Igaracy/PB em apreciação, o Grupo de Trabalho deliberou, por unanimidade, pela sua APROVAÇÃO, recomendando:

- I – o encaminhamento do Plano à Secretaria Municipal de Educação para as providências administrativas cabíveis;
- II – a submissão do documento ao Conselho Municipal de Educação, quando aplicável;

III – o envio do Plano ao Poder Executivo Municipal para fins de institucionalização por meio de Projeto de Lei.

5. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas, e eu, Arvenia Paula Tomaz Ferreira de Sousa, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros do Grupo de Trabalho.

Igaracy/PB, 27 de janeiro de 2026.

ASSINATURAS

Josemar Leandro da Silva

Arvenia Paula Tomaz Ferreira de Sousa

Francisco André de Oliveira

Djacy I. Evangelista Costa

Maria do Socorro Cavalcante G. Duarte

Luciana B. de Farias

Maria Sueli Leite da Silva

EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n,
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 06 DE MARÇO DE 2026

ANO XXIX_MÊS III_SEMANA X



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

RESOLUÇÃO Nº 01/2026/CME/IGARACY-PARAÍBA
DE 03 DE FEVEREIRO DO ANO 2026.

RESOLUÇÃO Nº 01/2026

O Conselho Municipal de Educação de Igaracy, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 458/2011, que dispõe sobre a criação e organização do Sistema Municipal de Ensino, e em conformidade com a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer diretrizes e normas para a integração da Educação Digital ao currículo da Educação Básica no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Igaracy/PB;

CONSIDERANDO as determinações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, que estabelece a Cultura Digital como uma das competências gerais da Educação Básica;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022, que institui as Normas sobre Computação na Educação Básica – Complemento à BNCC;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED);

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular de Educação Digital e Midiática;

CONSIDERANDO a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), que assegura o tratamento adequado, ético e seguro das informações de estudantes, profissionais da educação e famílias;

CONSIDERANDO o processo participativo de construção do Currículo Municipal de Educação Digital, que envolveu profissionais da Secretaria Municipal de Educação, gestores escolares, professores e membros da comunidade educacional;

CONSIDERANDO o parecer favorável do Grupo de Trabalho instituído para análise técnica e pedagógica do documento curricular;

CONSIDERANDO, finalmente, a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Educação em sessão ordinária realizada em 06 de fevereiro de 2025,

Rua Pedro Lopes Brasileiro SN - Centro - CEP: 58775-000 - Igaracy - PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Aprovar o Currículo Municipal de Educação Digital de Igaracy/PB, documento normativo e orientador das práticas pedagógicas da Rede Municipal de Ensino, que estabelece princípios, diretrizes, objetivos e formas de organização curricular para o desenvolvimento da Educação Digital na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Parágrafo único. O Currículo Municipal de Educação Digital integra o conjunto de documentos oficiais da política curricular do município, devendo ser observado em articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo da Educação Básica do Estado da Paraíba.

Art. 2º O Currículo Municipal de Educação Digital fundamenta-se nos seguintes princípios:

- I – formação integral do estudante, considerando dimensões cognitivas, socioemocionais, éticas e culturais;
- II – equidade e inclusão digital, garantindo oportunidades de aprendizagem a todos os estudantes;
- III – progressão das aprendizagens, respeitando o desenvolvimento dos estudantes em cada etapa;
- IV – articulação entre teoria e prática, por meio de atividades plugadas e desplugadas;
- V – protagonismo estudantil, autoria e participação ativa no processo de aprendizagem.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 3º A Educação Digital na Rede Municipal de Ensino de Igaracy/PB organiza-se de forma progressiva e articulada às etapas da Educação Básica, conforme os seguintes modelos:

- I – **Educação Infantil:** desenvolvimento transversal, integrado aos campos de experiências da BNCC, sem constituição de componente curricular específico;
- II – **Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):** desenvolvimento transversal, integrado aos componentes curriculares, projetos pedagógicos e sequências didáticas;
- III – **Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano):** modelo misto, articulando:
 - a) integração transversal aos diferentes componentes curriculares;
 - b) componente curricular específico denominado **Educação Digital**, com carga horária de 2 (duas) aulas semanais, totalizando 80 (oitenta) horas anuais;

Rua Pedro Lopes Brasileiro SN - Centro - CEP: 58775-000 - Igaracy - PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

c) componentes curriculares eletivos denominados **Robótica Educacional** e **Programação**, cada um com carga horária de 1 (uma) hora semanal.

Parágrafo único. A carga horária total do componente Educação Digital nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) corresponde a 320 (trezentos e vinte) horas ao longo dos quatro anos.

Art. 4º O Currículo Municipal de Educação Digital organiza-se a partir dos três eixos estruturantes definidos pelas Normas sobre Computação na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 1/2022):

I – **Pensamento Computacional:** desenvolvimento de habilidades cognitivas para formular, analisar e resolver problemas de maneira lógica, sistemática e criativa;

II – **Mundo Digital:** compreensão do funcionamento das tecnologias digitais, abrangendo dispositivos, sistemas computacionais, redes, dados e segurança da informação;

III – **Cultura Digital:** desenvolvimento de práticas sociais, culturais, éticas e comunicacionais mediadas pelas tecnologias digitais, incluindo a participação cidadã no ambiente digital.

Parágrafo único. Os três eixos serão desenvolvidos de forma articulada, complementar e progressiva ao longo de todas as etapas da Educação Básica.

Art. 5º A Educação Midiática constitui dimensão estruturante da Educação Digital, permeando os três eixos e todas as etapas da Educação Básica, com os seguintes objetivos:

- I – desenvolver a capacidade de análise crítica de informações e mídias digitais;
- II – identificar desinformação, fake news e manipulação de conteúdo;
- III – compreender algoritmos, bolhas de informação e vieses digitais;

IV – produzir conteúdos digitais de forma ética, criativa e responsável;

V – avaliar fontes de informação e verificar credibilidade;

VI – exercer cidadania digital crítica e participativa;

VII – compreender direitos digitais, privacidade e proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO III - DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 6º A implementação do Currículo Municipal de Educação Digital observará as seguintes diretrizes:

- I – incorporação do currículo aos Projetos Político-Pedagógicos de todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
- II – formação continuada obrigatória dos profissionais da educação, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas na formação inicial, correspondente aos Módulos 1 (Fundamentos) e 2 (Computação Desplugada);
- III – articulação entre a Educação Digital transversal e o componente curricular específico nos Anos

Rua Pedro Lopes Brasileiro SN - Centro - CEP: 58775-000 - Igaracy - PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

Finais do Ensino Fundamental;

IV – priorização de atividades desplugadas na Educação Infantil e Anos Iniciais, com uso progressivo e mediado de tecnologias digitais nos Anos Finais;

V – garantia de condições de infraestrutura, conectividade e recursos pedagógicos necessários à efetivação do currículo.

Art. 7º Compete à Secretaria Municipal de Educação:

- I – garantir a implementação do currículo em todas as unidades escolares da rede;
- II – assegurar condições mínimas de infraestrutura, conectividade e recursos pedagógicos;
- III – promover a formação continuada dos profissionais da educação em Educação Digital;
- IV – acompanhar, monitorar e avaliar o desenvolvimento das ações curriculares;
- V – estabelecer parcerias institucionais que fortaleçam a implementação do currículo, respeitando a legislação vigente e os princípios da gestão pública;

VI – publicar anualmente o Relatório de Educação Digital, contendo informações sistematizadas sobre a implementação do currículo.

Art. 8º Compete às unidades escolares:

- I – incorporar o Currículo Municipal de Educação Digital ao Projeto Político-Pedagógico;
- II – planejar e executar ações transversais e específicas de Educação Digital;
- III – promover práticas pedagógicas alinhadas aos princípios e metodologias do currículo;
- IV – registrar e acompanhar sistematicamente as aprendizagens dos estudantes;
- V – estabelecer protocolos de uso responsável de dispositivos digitais, em diálogo com a comunidade escolar.

CAPÍTULO IV - DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 9º A formação continuada dos profissionais da educação em Educação Digital constitui prioridade estratégica do município e será ofertada nas seguintes modalidades:

- I – **Formação Inicial:** obrigatória para todos os profissionais antes do início da implementação do currículo, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas;
- II – **Formação Continuada:** realizada por meio de encontros quinzenais de 4 (quatro) horas, grupos de estudo e momentos de compartilhamento de práticas;
- III – **Formação em Serviço:** assegurada por meio de acompanhamento pedagógico em sala de aula, planejamento colaborativo e ações de mentoria entre pares.

Art. 10. A estrutura da formação organiza-se em módulos formativos complementares, com a seguinte composição:

Rua Pedro Lopes Brasileiro SN - Centro - CEP: 58775-000 - Igaracy - PB

EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n,
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva





JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 06 DE MARÇO DE 2026

ANO XXIX_MÊS III_SEMANA X



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

- I – Módulo 1 – Fundamentos (20 horas);
- II – Módulo 2 – Computação Desplugada (40 horas);
- III – Módulo 3 – Educação Midiática (20 horas);
- IV – Módulo 4 – Uso Pedagógico de Tecnologias (30 horas);
- V – Módulo 5 – Avaliação em Educação Digital (15 horas);
- VI – Módulo 6 – Projetos Integradores (20 horas).

Parágrafo único. A certificação da formação será emitida pela Secretaria Municipal de Educação, mediante comprovação da participação e aproveitamento nos módulos formativos.

CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 11. A avaliação da aprendizagem em Educação Digital será contínua, processual, formativa e diagnóstica, observando os seguintes princípios:

- I – valorização do processo de aprendizagem, e não apenas dos produtos finais;
- II – respeito aos diferentes ritmos, estilos e perfis individuais de aprendizagem;
- III – foco no desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e valores;
- IV – uso pedagógico dos registros para orientar intervenções e replanejamento;
- V – comunicação clara e objetiva com estudantes e famílias sobre o desenvolvimento das aprendizagens.

Art. 12. A avaliação da aprendizagem em Educação Digital utilizará instrumentos diversificados, tais como:

- I – rubricas avaliativas organizadas por eixo e ano escolar;
- II – listas de verificação (checklists) de habilidades;
- III – portfólios digitais e físicos;
- IV – observação sistemática em atividades práticas;
- V – projetos e produções dos estudantes;
- VI – autoavaliação orientada;
- VII – avaliação por pares;
- VIII – relatórios descritivos periódicos.

Parágrafo único. A avaliação diagnóstica será realizada no início do ano letivo e dos períodos bimestrais, com caráter orientador e não classificatório.

Rui Pedro Lopes Brasileiro SN - centro - CEP: 58775-000 - Igaracy - PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

CAPÍTULO VI - DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO CURRICULAR

Art. 13. Fica instituído o Sistema Municipal de Monitoramento da Educação Digital, com o objetivo de acompanhar, avaliar e aprimorar continuamente a implementação do currículo.

Art. 14. O Sistema de Monitoramento organiza-se em cinco dimensões interrelacionadas:

- I – implementação do currículo nas unidades escolares;
- II – práticas pedagógicas desenvolvidas;
- III – aprendizagem dos estudantes;
- IV – equidade e inclusão digital;
- V – infraestrutura e recursos disponíveis.

Art. 15. O monitoramento será realizado de forma contínua pela Secretaria Municipal de Educação, com as seguintes periodicidades:

- I – **Contínuo:** acompanhamento pedagógico e comunicação permanente com as escolas;
- II – **Semestral:** aplicação de questionários, análise de indicadores e elaboração de relatórios parciais;
- III – **Anual:** avaliação institucional completa, socialização dos resultados e planejamento das ações para o ano subsequente.

Art. 16. A Secretaria Municipal de Educação publicará anualmente o **Relatório de Educação Digital**, contendo:

- I – informações sobre a implementação do currículo nas escolas;
- II – práticas pedagógicas desenvolvidas, metodologias utilizadas e desafios identificados;
- III – progressão das aprendizagens e projetos desenvolvidos pelos estudantes;
- IV – dados sobre a formação dos profissionais da educação;
- V – investimentos realizados, recursos disponibilizados e necessidades de infraestrutura.

CAPÍTULO VII - DO USO DE DISPOSITIVOS DIGITAIS

Art. 17. Em conformidade com a Lei nº 15.100/2025, o Decreto nº 12.385/2025 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2025, o uso de dispositivos digitais nas escolas da Rede Municipal de Ensino observará as seguintes diretrizes:

Rui Pedro Lopes Brasileiro SN - centro - CEP: 58775-000 - Igaracy - PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

I – **Educação Infantil:** uso não recomendado de telas e dispositivos digitais, com prioridade absoluta para atividades desplugadas, sensoriais e brincadeiras; uso excepcional apenas com mediação intencional do professor;

II – **Anos Iniciais do Ensino Fundamental:** uso equilibrado e restrito de dispositivos digitais, com mediação obrigatória do professor, tempo de tela controlado e foco no desenvolvimento de habilidades socioemocionais e motoras;

III – **Anos Finais do Ensino Fundamental:** uso pedagógico intencional, progressivo e mediado, visando ao desenvolvimento gradual da autonomia digital e à integração curricular planejada.

Art. 18. O uso de dispositivos pessoais (celulares) será restrito a fins pedagógicos, sob mediação docente, devendo cada unidade escolar estabelecer, em diálogo com a comunidade escolar:

- I – protocolo de guarda de dispositivos durante as aulas;
- II – exceções para estudantes com necessidades de acessibilidade;
- III – contrato pedagógico sobre uso responsável.

Art. 19. O município compromete-se a desenvolver programas de formação sobre uso saudável de tecnologias, com atenção à saúde mental e ao bem-estar digital dos estudantes, estabelecendo parceria com as famílias para orientação e apoio à educação digital.

CAPÍTULO VIII - DAS PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Art. 20. A Secretaria Municipal de Educação poderá estabelecer parcerias institucionais para fortalecer a implementação do currículo, observando os seguintes critérios:

- I – alinhamento ao Currículo Municipal de Educação Digital e às normas educacionais vigentes;
- II – inexistência de conflito de interesses ou práticas comerciais no ambiente escolar;
- III – transparência nos objetivos, responsabilidades e resultados esperados;
- IV – formalização por meio de instrumentos legais adequados;
- V – acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas.

Parágrafo único. As parcerias institucionais terão caráter complementar, não substituindo as responsabilidades do poder público municipal na garantia do direito à educação.

CAPÍTULO IX - DA ATUALIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 21. O Currículo Municipal de Educação Digital poderá ser atualizado periodicamente, com base nos resultados da avaliação institucional, nas orientações dos órgãos normativos, nos avanços tecnológicos e educacionais, mediante deliberação do Conselho Municipal de Educação.

Rui Pedro Lopes Brasileiro SN - centro - CEP: 58775-000 - Igaracy - PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

§ 1º A atualização curricular será precedida de ampla consulta à comunidade educacional, incluindo professores, gestores, estudantes e famílias.

§ 2º Propostas de atualização curricular deverão ser encaminhadas à Secretaria Municipal de Educação, que as submeterá à análise técnica e à deliberação do Conselho Municipal de Educação.

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. O Currículo Municipal de Educação Digital de Igaracy/PB, aprovado por esta Resolução, constitui documento oficial de observância obrigatória em todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 23. As unidades escolares terão o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Resolução, para incorporar o Currículo Municipal de Educação Digital aos seus Projetos Político-Pedagógicos.

Art. 24. A Secretaria Municipal de Educação deverá iniciar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Resolução, o processo de formação continuada dos profissionais da educação, conforme estabelecido no Capítulo IV desta Resolução.

Art. 25. O componente curricular Educação Digital e os componentes eletivos Robótica Educacional e Programação, previstos para os Anos Finais do Ensino Fundamental, serão implementados gradualmente a partir do ano letivo de 2026, conforme cronograma a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 26. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação de Igaracy/PB, ouvida, quando necessário, a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 27. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Igaracy/PB, 06 de fevereiro de 2026.

Francisco André de Oliveira
Presidente do Conselho Municipal de Educação de Igaracy/PB

Rui Pedro Lopes Brasileiro SN - centro - CEP: 58775-000 - Igaracy - PB

EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n,
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 06 DE MARÇO DE 2026

ANO XXIX_MÊS III_SEMANA X

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

PORTARIA Nº 044/2026

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DE IGARACY-PB**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela LC 007/2005 e pelo Art. 42 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE:

Exonerar, **GILMAR MIGUEL QUIRINO**, Agente Administrativo, matrícula 1403, CPF nº 036.121.494-40 e RG nº 2572616 SSP/PB, das funções cumulativas de **DIRETOR (A) DE VIGILÂNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE**, símbolo CC3, junto a Secretaria de Saúde do município de Igaracy - PB, a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2026.

Dê ciência,
Publique-se.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

PORTARIA Nº 045/2026

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DE IGARACY-PB**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela LC 007/2005 e pelo Art. 42 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE:

Nomear, **JONATHAS JUAN LOPES SOUZA**, CPF nº 126.505.744-37 e RG nº 126.505.744-37 SEDS/PB, para ocupar o cargo em comissão de **DIRETOR (A) DE VIGILÂNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE**, símbolo CC3, junto a Secretaria de Saúde do município de Igaracy - PB, a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2026.

Dê ciência,
Publique-se.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

PORTARIA Nº 046/2026

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DE IGARACY-PB**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 563/2019 e pelo Art. 42 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE:

Nomear, **ROBSON FELISMINO DA SILVA**, CPF nº 025.219.184-66 e RG nº 2073123 - 2 VIA SEDS/PB, para ocupar o cargo em comissão de **SUBCOORDENADOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**, junto a Secretaria de Infraestrutura do município de Igaracy - PB, a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2026.

Dê ciência,
Publique-se.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

PORTARIA Nº 047/2026

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DE IGARACY-PB**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela LC 007/2005 e pelo Art. 42 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE:

Exonerar, **KELRY EMYSSANDRY MARCULINO DA SILVA SEVERO**, CPF nº 176.842.884-07 e RG nº 4.855.180 - SEDS/PB, do cargo em comissão de **SUBCOORDENADOR (A) DE ESPORTE**, símbolo CC5, junto a Secretaria de Educação Esporte e Turismo do município de Igaracy - PB, a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2026.

Dê ciência,
Publique-se.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br
R. Manoel Batista dos Santos s/n.
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB
igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 06 DE MARÇO DE 2026

ANO XXIX_MÊS III_SEMANA X

PORTARIA Nº 048/2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE IGARACY-PB, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela LC 007/2005 e pelo Art. 42 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE:

Exonerar, **JOSEFA RODRIGUES CARNEIRO**, CPF nº 104.139.314-80 e RG nº 3896656 SSP/PB, do cargo em comissão de **SECRETÁRIO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS**, símbolo CC2, junto a Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Recursos Hídricos do município de Igaracy - PB, a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2026.

Dê ciência,
Publique-se.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

PORTARIA Nº 049/2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE IGARACY-PB, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela LC 007/2005 e pelo Art. 42 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE:

Exonerar, **MARIA ISABELLY CÂNDIDO DA SILVA**, CPF nº 710.106.984-35 e RG nº 4713525 SSDS/PB, do cargo em comissão de **SUBCOORDENADOR (A) DE SAÚDE PÚBLICA**, símbolo CC5, junto a Secretaria de Saúde do município de Igaracy - PB, a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2026.

Dê ciência,
Publique-se.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

PORTARIA Nº 050/2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE IGARACY-PB, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela LC 007/2005 e pelo Art. 42 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE:

Exonerar, **JOSÉ LIMA JÚNIOR**, CPF nº 027.013.894-37 e RG nº 2037371 - SSDS/PB, do cargo em comissão de **DIRETOR DE ASSUNTOS PECUÁRIOS**, símbolo CC3, junto a Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Recursos Hídricos do município de Igaracy - PB, a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2026.

Dê ciência,
Publique-se.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

PORTARIA Nº 051/2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE IGARACY-PB, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela LC 007/2005 e pelo Art. 42 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE:

Exonerar, **MANOEL CESAR ALVES DE FARIAS**, CPF nº 798.494.744-91 e RG nº 3893800 SSP/PB, do cargo em comissão de **DIRETOR DE PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS**, símbolo CC3, junto a Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Recursos Hídricos do município de Igaracy - PB, a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2026.

Dê ciência,
Publique-se.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

EDIÇÃO ORDINÁRIA





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 06 DE MARÇO DE 2026

ANO XXIX_MÊS III_SEMANA X

PORTARIA Nº 052/2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE IGARACY-PB, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela LC 007/2005 e pelo Art. 42 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE:

Nomear, **KELRY EMYSSANDRY MARCULINO DA SILVA SEVERO**, CPF nº 176.842.884-07 e RG nº 4.855.180 - SEDS/PB, para ocupar o cargo em comissão de **COORDENADOR (A) DE PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS**, símbolo CC4, junto a Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Recursos Hídricos do município de Igaracy - PB, a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2026.

Dê ciência,
Publique-se.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

PORTARIA Nº 053/2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE IGARACY-PB, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela LC 007/2005 e pelo Art. 42 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE:

Nomear, **JOSEFA RODRIGUES CARNEIRO**, CPF nº 104.139.314-80 e RG nº 3896656 SSP/PB, para ocupar o cargo em comissão de **SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS**, símbolo CC2, junto a Secretaria de Finanças do município de Igaracy - PB, a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2026.

Dê ciência,
Publique-se.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

PORTARIA Nº 054/2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE IGARACY-PB, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela LC 007/2005 e pelo Art. 42 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE:

Nomear, **MARIA ISABELLY CÂNDIDO DA SILVA**, CPF nº 710.106.984-35 e RG nº 4713525 SSDS/PB, para ocupar o cargo em comissão de **DIRETOR (A) DE SAÚDE PÚBLICA**, símbolo CC3, junto a Secretaria de Saúde do município de Igaracy - PB, a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2026.

Dê ciência,
Publique-se.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

PORTARIA Nº 055/2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE IGARACY-PB, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela LC 007/2005 e pelo Art. 42 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE:

Nomear, **JENNIFER KETILLY DOS SANTOS LIMA**, CPF nº 718.125.374-33 e RG nº 4740549 SSDS/PB, para ocupar o cargo em comissão de **SUBCOORDENADOR (A) DE SAÚDE PÚBLICA**, símbolo CCS, junto a Secretaria de Saúde do município de Igaracy - PB, a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2026.

Dê ciência,
Publique-se.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n.
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 06 DE MARÇO DE 2026

ANO XXIX_MÊS III_SEMANA X

PORTARIA Nº 056/2026

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DE IGARACY-PB**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela LC 007/2005 e pelo Art. 42 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE:

Nomear, **JOSÉ LIMA JÚNIOR**, CPF nº 027.013.894-37 e RG nº 2037371 - SSDS/PB, para ocupar o cargo em comissão de **SUBCOORDENADOR DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS**, símbolo CC5, junto a Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Recursos Hídricos do município de Igaracy - PB, a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2026.

Dê ciência,
Publique-se.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

PORTARIA Nº 057/2026

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DE IGARACY-PB**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela LC 007/2005 e pelo Art. 42 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE:

Nomear, **MANOEL CESAR ALVES DE FARIAS**, CPF nº 798.494.744-91 e RG nº 3893800 SSP/PB, para ocupar o cargo em comissão de **SUBCOORDENADOR DE PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS**, símbolo CC5, junto a Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Recursos Hídricos do município de Igaracy - PB, a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2026.

Dê ciência,
Publique-se.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

PORTARIA Nº 058/2026

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DE IGARACY-PB**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela LC 007/2005 e pelo Art. 42 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE:

Nomear, **JACSON CLEBER CLEMENTINO DA SILVA**, CPF nº 081.901.044-89 e RG nº 3429898 SSP/PB, para ocupar o cargo em comissão de **SECRETÁRIO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS**, símbolo CC2, junto a Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Recursos Hídricos do município de Igaracy - PB, a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2026.

Dê ciência,
Publique-se.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

LEI Nº 737, DE 06 DE MARÇO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IGARACY** Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Institui, no âmbito do Município de Igaracy/PB, o Programa "Secretário Cidadão" e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Igaracy/PB, o Programa **Secretário Cidadão**, com a finalidade de capacitar jovens para atuarem como auxiliares nos gabinetes dos Secretários Municipais, promovendo a participação cidadã e a transparência na gestão pública.

Art. 2º - O Programa **Secretário Cidadão** tem como objetivos:

- I - promover a capacitação e a experiência de jovens em gestão pública;
- II - fomentar a participação cidadã e a transparência na administração municipal;
- III - estimular a inovação e novas perspectivas na gestão pública.

Art. 3º - A seleção dos jovens participantes será realizada por meio de **edital público**, observados, no mínimo, os seguintes requisitos:

- I - ter idade entre 18 (dezoito) e 25 (vinte e cinco) anos;
- II - residir no Município de Igaracy/PB;
- III - demonstrar interesse em gestão pública, conforme critérios definidos no edital.

Art. 4º - Os jovens selecionados receberão **bolsa mensal** no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para execução das atividades previstas no Programa.

Parágrafo único. O valor da bolsa poderá ser atualizado anualmente por ato do Poder Executivo, observado o disposto na Lei Orçamentária.

Art. 5º - Constituem atividades do Programa **Secretário Cidadão**:

- acompanhar reuniões e eventos do Secretário Municipal;
- I - auxiliar na elaboração de documentos e relatórios;
- II - realizar pesquisas e análises sobre temas relevantes à pasta;
- III - interagir com a comunidade e receber demandas.

Art. 6º - Os jovens participantes receberão **capacitação em gestão pública, legislação e comunicação**, promovida pelo Poder Executivo ou por entidades conveniadas, com vistas ao melhor desempenho de suas funções.

Art. 7º - O desempenho dos jovens será acompanhado pelo Secretário e pela equipe do gabinete, mediante avaliações periódicas e feedback regular.

EDIÇÃO ORDINÁRIA





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 06 DE MARÇO DE 2026

ANO XXIX_MÊS III_SEMANA X

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias, definindo:

- I - número de vagas disponíveis;
- II - carga horária semanal dos bolsistas;
- III - procedimentos para seleção, capacitação e acompanhamento;
- IV - formas de supervisão e avaliação dos participantes.

Art. 9º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Igaracy/PB, 06 de março 2026.

EDNAILTON SÁBINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

LEI Nº 738, DE 06 DE MARÇO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IGARACY Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Institui o Programa de Apoio ao Pequeno Pecuarista do Município de Igaracy-PB e dá outras providências

Art. 1º - Fica instituído o **Programa de Apoio ao Pequeno Pecuarista** com o objetivo de fornecer palma para plantio e apoio logístico aos pequenos pecuaristas do município, promovendo a sustentabilidade, a solidariedade e o fortalecimento da pecuária local.

Art. 2º - A Prefeitura Municipal fica autorizada a fornecer mudas de palma para plantio aos pequenos pecuaristas que se enquadrem nos critérios estabelecidos nesta Lei e em regulamento próprio.

Art. 3º - A Prefeitura Municipal também será responsável pela logística do programa, incluindo:

- I - preparação do solo;
- II - transporte de insumos.

Art. 4º - Em contrapartida, os pequenos pecuaristas beneficiados pelo programa deverão doar 50% (cinquenta por cento) de sua produção de palma a novos pecuaristas que estejam iniciando suas atividades.

Art. 5º - A doação de que trata o artigo anterior será realizada anualmente e destinada exclusivamente a novos pecuaristas previamente cadastrados e que atendam aos critérios estabelecidos pela Prefeitura Municipal

Art. 6º - A Prefeitura Municipal regulamentará esta Lei por meio de Decreto, estabelecendo os critérios de seleção dos beneficiados, considerando, entre outros:

- I - a experiência na atividade;
- II - a capacidade produtiva;
- III - a disponibilidade de área de cultivo;

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário..

Gabinete do Prefeito Municipal de Igaracy/PB, 06 de março 2026

EDNAILTON SÁBINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

Em branco

EDIÇÃO ORDINÁRIA

